

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 23 DE MAIO DE 2018

NÚMERO 7.282

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Leonel Pavan
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Leonel Pavan

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Leonel Pavan
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Leonel Pavan
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 048ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/2018..... 2 Ata da 012ª Sessão Especial realizada, em 14/05/2018..... 3</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 7</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 7 Ofícios..... 9 Portarias..... 10 Projetos de Lei 10</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Valduga - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Mário Marcondes
Dirce Heiderscheidt

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Tece comentários sobre vídeo que circula nas redes sociais em que a ex-deputada federal, Luciana Genro, convoca a 'marcha pela liberação da maconha', em Porto Alegre. Questiona que tal atitude mostra a desconexão de discurso da mencionada ex-parlamentar e

argumenta que a medicina afirma que a maconha faz mal, além do mais a maioria dos usuários depende de assistência pública, onerando ainda mais os recursos públicos, como o SUS.

Afirma que 'a maconha é o jardim de infância do crack' e que se deve dizer 'não às drogas e sim à vida'. [Taquígrafa: *Sílvia*]

Partidos Políticos

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo oradores inscritos no horário destinado aos Partidos Políticos, a Presidência passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MARCONDES (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0415/2018, de autoria do deputado Darci de Matos; 0416/2018, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0417/2018, de autoria do deputado Valdir Cobalchini.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o sr. Neucir Paskoski, presidente do Sindlimp - Sindicato dos Empregados em Empresas

Prestadoras de Serviços Asseio e Conservação no Município de Florianópolis, para falar sobre o Dia do Trabalhador em Asseio e Conservação e Doenças que afetam a saúde dos trabalhadores. [Taquígrafa: *Ana Maria*]

Explicação Pessoal

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário destinado à Explicação Pessoal.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Comenta os equívocos nas decisões sobre locais para construção de presídios no estado, alegando que sempre acontece uma demanda judicial relativa à região designada para tal. Neste sentido, cita os problemas acontecidos com Imaruí, Tijucas, Biguaçu, e agora em São José, onde o Poder Judiciário catarinense determina que se construa um centro de triagem.

Cita que o então governador Raimundo Colombo designou uma área em São José para construção de um presídio, uma região industrial e próxima de bairros residenciais tranquilos, como Fazenda Santo Antônio, Fazenda do Max, e muito perto do Shopping Continente. Tendo em vista a determinação do Poder Judiciário quanto a este local, informa

que conversou com o atual governador Eduardo Pinho Moreira, relatando a situação e solicitando que o centro de triagem não seja naquele local, pleito que foi prontamente atendido.

Destaca que a prefeitura de São José já havia ingressado com ação judicial alegando que o Plano Diretor não permitia que ali fosse construído equipamento comunitário de qualquer natureza, muito menos um centro de triagem, que hoje estão se transformando em presídios. Explica que, alternativamente, já foi ofertado ao governo do estado um terreno na alça de contorno, onde não existe muita população, e a outra solução seria juntar ao Presídio de São Pedro, que já tem estrutura e faz parte da Comarca de São José, o que facilitaria a logística.

Espera que a prefeitura de São José e o governo do estado entrem em consenso para que o centro de triagem não seja feito na Fazenda Santo Antônio e Fazenda do Max, encontrando-se um local adequado para a instalação do já famoso cadeia, uma vez que o município precisa cuidar dos seus presos. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO VALMIR COMIN (Orador) - Informa que 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, uma data para reflexão, salientando a importância de atenção à situação, uma vez que no Brasil, conforme dados, a cada hora três crianças são vítimas de abuso, representando 70% dos estupros que ocorrem com menores de idade; e 95% são praticados por pessoas conhecidas das crianças, e em 65% há a participação de pessoas do próprio grupo familiar.

Destaca a opinião de especialistas que defendem a implantação de políticas urgentes de prevenção para combater o problema, o qual deixa grave marca na vida adulta, sugerindo educação sexual nas escolas, conversas abertas no meio familiar sobre a sexualidade.

Finaliza refletindo a importância do tema considerado recorrente, que precisa ser combatido radicalmente e, na oportunidade, convida todos para o 1º Seminário de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que acontecerá no dia 18 de maio, às 13h30, no município de Urussanga, promovido pela secretária de assistência

social, Izoete Duarte Vieira Gastaldon. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Também se reporta à fala do deputado Valmir Comin, que o antecedeu, e menciona que 18 de maio marca o crime hediondo ocorrido na cidade de Vitória, no estado de Espírito Santo, quando uma menina de oito anos de idade, a Araceli, sofreu violência sexual bárbara que chocou a sociedade brasileira. Por isso, foi instituída a data como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, quando são realizadas ações para que as pessoas reflitam, busquem conhecimentos e informações a respeito das diversas formas de violência, como físicas, psicológicas, sexuais, negligências contra crianças e adolescentes e, principalmente, que se façam as denúncias.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a terça-feira da semana subsequente, às 10h, conforme calendário especial 2018. [Taquígrafa: Sílvia].

ATA DA 012ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA, EM 14 DE MAIO DE 2018, EM COMEMORAÇÃO AOS 60 ANOS DO COLÉGIO SALVATORIANO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Senhoras e Senhores, muito boa noite!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Colégio Nossa Senhora de Fátima pela passagem dos seus 60 anos de vivência.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas:

Excelentíssimo reverendíssimo arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck;

Senhor diretor-geral do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, Izaltino César Gamba;

Reverendíssima vice-diretora do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, irmã Neuza Maria Cericato;

Reverendíssima presidente da Unidade Mantenedora Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS, irmã Leonila Gubert;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada, por unanimidade, pelos demais parlamentares em Comemoração aos 60 anos do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pela solista Suzete Paulino Teixeira de Oliveira acompanhada pelos músicos Charles Kremer e Vinicius Teixeira de Oliveira.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta presidência registra ainda, com muito carinho, a presença da Reverendíssima Irmã Salvatoriana de maior tempo de vivência na comunidade das irmãs do colégio, irmã Maria Zarpellon.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)
[Degravação: Taylity da Silva]

Na condição de proponente desta sessão, faço uso da palavra em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina. Saúdo o excelentíssimo e reverendíssimo arcebispo metropolitano da arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck; o senhor diretor do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, senhor Izaltino César Gamba; a vice-diretora do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, irmã Neuza Cericato e a presidente da unidade mantenedora do Instituto de Ensino e Assistência Social, irmã Leonila Gubert, senhoras, senhores, estudantes, alunos, alunas, ex-alunos e pais.

Foi com muita alegria e satisfação que propus esta homenagem que marca os 60 anos do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, a minha formação como padre católico foi salvatoriana, e depois de ordenado, em 1985, a minha primeira missão foi como reitor do Seminário de Videira nos anos de 1986 e 1987.

Mas estamos aqui, nesta noite, em sessão especial, assistindo, assistidos e ouvidos, por todo o nosso estado, para celebrar não só estes 60 anos do Colégio Nossa Senhora

de Fátima, mas para trazer ao presente muitos significados que são imateriais e atemporais.

Portanto, caríssimas irmãs, caríssimos sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos comprometidos, educadores, educadoras, alunos, alunas, ex-alunos, ex-alunas, todos e todas vocês sintam-se honrados e orgulhosos, pois a grande obra está aqui entre nós.

Ao mesmo tempo, essa obra é multiplicada por cada pessoa que teve a sua vida marcada, não só pelo Colégio Nossa Senhora de Fátima, mas por todas as instituições salvatorianas e pelo pensamento que move essa Congregação. Claro que o patrimônio edificado, as salas de aula, biblioteca, seus livros, os equipamentos, as quadras de esporte, o auditório, refeitório, tudo isso é importante, mas nada disso teria significado diante desse patrimônio imaterial que vivenciamos senão fosse com fé e alegria. Nossos corações e mentes focados no conhecimento e na ternura é a obra maior salvatoriana.

Em Roma, com a bênção e o consentimento do papa Leão XIII, no ano de 1881, o padre Francisco Maria da Cruz Jordan fundou a Congregação Sociedade do Divino Salvador, com os padres, irmãos e leigos salvatorianos. Diga-se de passagem, nós estamos no ano do laicato, e a missão salvatoriana continua com esse extraordinário trabalho, tanto na parte masculina como feminina.

Em 1888, em parceria com madre Maria dos Apóstolos, padre Jordan fundou a congregação das irmãs salvatorianas que,

desde a sua fundação até hoje, a vocação salvatoriana soube seguir com firmeza e solidariedade as passagens bíblicas que norteiam a congregação.

Cito aqui, João 17:3 “tornar Jesus conhecido e amado”. Daniel 12:3 “ensinar a muitos, formação de lideranças”. Em Matheus 28:19-20 “envolver outros, os leigos comprometidos, atuantes”. Em Marcos 16:15 “a universalidade, povos, línguas, os meios pelos quais se concretiza a missão, o carisma salvatoriano”.

E foi com dedicação e carinho, por toda a vida, que padre Jordan desenvolveu sua obra fundando diversas comunidades na Europa e nas duas Américas. Aqui, no sul do Brasil, essa obra frutificou em quatro grandes instituições: Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, em Florianópolis; Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, em Videira; Colégio Salvatoriano Bom Conselho, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul e Hospital Salvatoriano Divino Salvador, em Videira. E o Colégio Nossa Senhora de Fátima, como já citamos, é parte desta obra, que nestes 60 anos fez uma grande história, na capital catarinense, e continuará construindo o futuro para muitos jovens.

Aqui os nomes das pioneiras precisam sim ser citados: irmã Maria Zarpellon, que hoje se encontra entre os homenageados; irmã Verônica Cendron, representada pela Eugênia Comerlato Garcia, também pioneira; irmã Geralda Boesing; irmã Bonavita Strohmeier; irmã Ludovina Córdova e a aspirante Lídia Granville.

Essas jovens irmãs que chegaram na maioria em 1958, no bairro do Estreito, coordenaram a construção da primeira unidade do colégio. No Estreito, onde surgiu o primeiro balneário do sul do Brasil, existe um diversificado comércio de bens e serviços.

Alguns dos históricos prédios construídos na capital, nas décadas de 30 e 60, estão lá, como a escola de aprendizes marinheiros, o quartel do 63º Batalhão de Infantaria, o grupo escolar José Boiteux e a igreja e santuário de Nossa Senhora de Fátima, este construído em 1945.

E foi no Estreito, nos fundos do santuário, que as irmãs salvatorianas começaram a missão, na pastoral da educação, há 60 anos, em casas de madeira, mais precisamente a partir do dia 8 de fevereiro de 1958. O Estreito é um bairro do tamanho de uma cidade, com vida e infraestrutura própria, onde muitos moradores que queriam ver seus filhos, em instituições de ensino religioso, eram obrigados a realizar tortuosa travessia na única ponte que ligava a ilha ao continente, quando já na década de 50, a velha Hercílio Luz exibia engarrafamentos.

Também, não poderia deixar de citar o seu Osnildo Amorim, filho da dona Adélia, nome da prestativa e equipada livraria e papelaria casa Dona Adélia, hoje, aqui representado pelo seu filho, Marco Antônio Amorim, ex-sacristão da paróquia. Seu Osnildo era responsável pela sonorização de todos os eventos do colégio e também era o locutor e animador. Mais tarde, fundou uma empresa de som, que se tornou a segunda maior do Brasil, sonorizando grandes shows e espetáculos pelo Brasil, o Som Cotempo.

E o tempo foi passando, com novos desafios e conquistas a instituição salvatoriana foi crescendo. Após tantos investimentos de recursos materiais e humanos, com especial colaboração da comunidade que abraçou com carinho e amizade a família salvatoriana, temos essa fortaleza humana e cultural de ensino e troca de saberes, que é o Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima. [Degravação: Iago Zilli]

O atual diretor, Izaltino César Gamba, primeiro diretor leigo da instituição, juntamente com a vice-diretora, irmã Neusa Maria Cericato, conduzem a escola com mais de 1.600 mil alunos. Na educação infantil são hoje mais de 300 estudantes em período integral e no contraturno já possuem 140.

O Colégio conta com 190 educadores que vão além da sala de aula, é um conjunto de educadores que atuam em vários setores, e o Colégio Nossa Senhora de Fátima tem essa concepção de garantir uma educação comprometida com o cristianismo e com o humanismo.

Por isso, à família salvatoriana das irmãs, parabéns pelos 60 anos de caminhada, de evangelização, de muita doação e certamente contribuindo enormemente para consolidar o projeto da construção do Reino de Deus, que é fruto da justiça, da fraternidade, da comunhão e da esperança.

Continuem com esse sentimento libertador e transformador, fazendo sujeitos da caminhada milhares e milhares de pessoas que se tornarão sinais e testemunhas do Reino. Parabéns pelos 60 anos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento, eu gostaria de convidar o mestre de cerimônias para proceder a nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem ao Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima pela passagem dos 60 anos de fundação.

Convido o excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o senhor diretor do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, professor Izaltino César Gamba, e a senhora vice-diretora, reverenda irmã Neusa Maria Cericato.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense fará a entrega de certificados a entidades e personalidades pela dedicação e apoio ao Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima, pela passagem dos seus 60 anos de fundação.

Convidamos para receber o certificado a Associação das Irmãs do Divino Salvador. Recebe pela instituição a reverenda irmã Leonila Gubert, representando a coordenadora provincial, reverenda irmã Inês Boesing.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Solicito a irmã Leonila Gubert que permaneça à frente.

Convidamos para receber o certificado o Instituto de Ensino e Assistência Social. Recebe pela instituição a reverenda irmã Leonila Gubert, presidente do Instituto de Ensino e Assistência Social, entidade mantenedora do Colégio.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Santa Catarina através de seu diretor-executivo senhor Osmar dos Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

[Degravação: Taquígrafa Sílvia]

Convidamos para receber o certificado a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil através de seu secretário-executivo, senhor Jairo Rambo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a Arquidiocese de Florianópolis através do reverendíssimo senhor arcebispo metropolitano, Dom Wilson Tadeu Jönck.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o Santuário Nossa Senhora de Fátima, berço do colégio, através do diácono João Flávio Vendrusculo.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a Comunidade Salvatoriana Stelamaris através da reverenda irmã Oneide Maria Oro.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Osnildo Amorim, um dos primeiros benfeitores do início da história do colégio, representado pelo seu filho Marco Amorim.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a reverenda irmã Verônica Cendron, primeira diretora do colégio, no período de março a junho de 1958 e depois de fevereiro de 1973 a fevereiro de 1989, neste ato, representada pela senhora Eugênia Comerlato Garcia.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a reverenda irmã Rozilde Maria Binotto, diretora do colégio no período de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1996.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Augusto Botelho Delfino, aluno do ensino médio de 2008 a 2010.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Thiago Martinelle Veiga, representante da primeira turma do ensino médio do colégio de 1993 a 2003.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Eliseu Antonio Martins, representante da primeira turma do colégio em 1958.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, em nome do senhor professor Gipe Alves de Oliveira, *in memoriam*, professor e primeiro-presidente da Associação de Pais e Professores, no ano de 1974, sua filha Fátima Regina de Oliveira Linhares que também foi professora do colégio.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Dóris Flaviana Souza Fagundes da Rosa, professora de maior tempo em exercício na instituição.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Eliane Alves da Silva, funcionária de maior tempo em exercício na instituição.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas) [Degravação: Cinthia de Lucca]

Convidamos para receber o certificado a reverenda irmã Inês Razera, primeira coordenadora do Cepajo, obra social mantida pelo colégio.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Maria Salette Müller Trierweiler, neste ato, representando três gerações que estudaram no colégio como ex-aluna, mãe de ex-alunos e avó de alunos.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Marcelo José da Silva, neste ato representando três gerações que estudaram no colégio como ex-aluno, pai de ex-alunos e avó de alunos.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado o senhor Ondimar Amorim, neste ato representando as diretorias da Associação de Pais e Professores e os Leigos Salvatorianos.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado, em nome do senhor maestro José Acácio Santana, *in memoriam*, compositor do hino do colégio, seus filhos senhores Cassius Mozart Santana, Carlos Alexandre Santana e senhora Jocelma Santana.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Tânia Regina Senem de Souza, coordenadora de maior tempo em exercício na instituição.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a reverenda irmã salvatoriana Maria Zarpellon, com maior tempo de presença na comunidade das irmãs que atuam no colégio.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos para receber o certificado a senhora Catarina Meinchein Silva, neste ato representando todos os profissionais que trabalharam no colégio.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Agradecemos ao sr. deputado a entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo gravada pela TVAL, e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação!

Muito obrigado!

Convidamos o coral do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima para a apresentação do seu hino e da oração de São Francisco, sob a regência da maestrina Manoela Saragoça Khalil.

(Procede-se à apresentação do coral.)
(Palmas) [Degravação: Taquígrafa Elzamar]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Dando continuidade a nossa sessão, convido, neste momento, para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados e homenageadas, a senhora Tânia Regina Senem de Souza, coordenadora pedagógica do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima.

A SRA. TÂNIA REGINA SENEM DE SOUZA - Boa noite!

(Passa a ler)

"Ao cumprimentar o presidente da mesa, desta Casa Legislativa, desta Sessão

Especial, deputado Padre Pedro Baldissera, estendo o cumprimento aos demais membros da mesa.

Assim como as atividades escolares do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima iniciaram, no dia 8 de fevereiro de 1958, eu iniciei minhas atividades como coordenadora pedagógica, em fevereiro de 1998, 20 anos se passaram.

Tive o privilégio de acompanhar, ao longo desses 20 anos, as adequações e ampliações visando sempre a oferecer um serviço de qualidade à comunidade e à sociedade, bem como continuar realizando um ensino de excelência pedagógica com valores humanos e cristãos.

Nossos fundadores, Padre Jordan e Madre Maria, nos deixaram a herança de prolongar o carisma e a missão salvatoriana, que nos desafiam a assumir um compromisso em favor da vida, continuando a missão de Jesus, o Salvador, que veio para que todos tenham vida.

E assim está sendo minha trajetória, motivada e empenhada em atingir o objetivo de educar para a vida. Busco um trabalho de qualidade em que a missão educativa salvatoriana se expresse pelo testemunho de cada educador e educadora, pois acreditamos no potencial de cada ser, primamos por uma liderança compartilhada, pelo respeito às diferenças e pela crença de que somos modificáveis.

Temos a convicção de que as relações podem ser mais fraternas, identificando ações para adequar os processos, idealizando a cada dia uma gestão mais integrada, alinhando metas pessoais com as metas da instituição, com o compromisso de vivenciar o carisma, a missão e propagar esses valores pela convicção na proposta de trabalho.

Abordar a questão dos valores na educação escolar hoje é um desafio, primeiramente porque, por muito tempo, a principal tarefa da escola foi transmitir conteúdos, contudo, hoje, juntamente com a família, a escola é responsável pela formação dos indivíduos enquanto cidadãos.

De que maneira, enquanto instituição de ensino, podemos trabalhar os valores? Todos que fazem parte desse processo devem ter consciência de que o exemplo é a melhor metodologia. Pouco adianta oratória em excesso se as atitudes não são coerentes com o discurso! Essa postura garante um reflexo informativo importantíssimo, pois as crianças tendem a seguir o mestre. Todos os conteúdos e atividades são oportunidades imperdíveis na formação de valores, quer nas situações mais simples como numa brincadeira, ou nas mais complexas discussões de temas polêmicos.

Tudo deve ser aproveitado para formar pessoas conscientes de seu papel na sociedade, éticos, solidários, sociais e ambientalmente responsáveis. Nesse sentido o compromisso da escola vai além de uma aprovação de ano letivo, ou no desenvolvimento de competências e habilidades para um exame classificatório, devemos estar prontos para desenvolver, em nossos estudantes, atitudes, valores e espiritualidade. Para educar nessa dimensão, é importante que a escola, em parceria com as famílias, se torne na prática uma referência ética, um ambiente rico em convivência humana e vivências pessoais. Somente assim irá contribuir na formação de indivíduos saudáveis para agir e viver em uma sociedade melhor.

Tarefa fácil? Não! Mas são os desafios que dão o verdadeiro sabor à educação, assim somos fortalecidos para o serviço e para, através do testemunho, contagiar as pessoas

cultivando um ambiente alegre tanto para a convivência quanto para a reflexão pessoal. Nossos educadores são mais do que profissionais do ensino, eles assumem a função conjunta de agentes educativos pastorais, pois, enquanto lideranças, temos o compromisso de contribuir na formação das pessoas para torná-las responsáveis pelo cuidado com a vida em todas as dimensões.

Eu sou grata pela oportunidade que tenho de exercer minha missão durante esses significativos 20 anos. Que Nossa Senhora de Fátima continue a nos abençoar e a nos proteger!

A gratidão é a memória do coração!
Muito Obrigada!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Dando continuidade as nossas manifestações eu convido, neste momento, para fazer uso da palavra, em nome da instituição homenageada, o Professor Izaltimo Cesar Gamba, digníssimo diretor do Colégio Salvatoriano Nossa Senhora de Fátima.

O SR. IZALTIMO CESAR GAMBÁ - Boa noite!

(Passa a ler)

"Gostaria de cumprimentar o presidente da mesa, nesta sessão especial, excelentíssimo senhor Padre Baldissera, agradecer por te sido seu proponente. É muito bom ver, ouvir alguém falar do carisma salvatoriano sendo exemplo vivo disso. Cumprimentar também a irmã Leonila Gubert, presidente do Instituto de Ensino e Assistência Social, mantenedora do colégio, neste ato, representando a coordenadora provincial das Irmãs do Divino Salvador, irmã Inês Boesing, estando dessa forma também cumprimentando todas as demais irmãs salvatorianas, em especial, das comunidades Stelamares e Rainha da Paz, ambas do Estreito.

Cumprimentar os demais membros da mesa, os homenageados desta noite, os educadores, pais, estudantes e familiares que, ao longo desses 60 anos, fizeram parte dessa história. História de desafios, de construção, de concretização da missão educativa salvatoriana, sempre pautada pelo sonho do nosso fundador, Padre Francisco Maria da Cruz Jordan, cujo centenário de morte comemoramos neste ano, e apoiado pela Madre Maria dos Apóstolos, cofundadora da congregação e primeira irmã salvatoriana para tomar Jesus Cristo, o Salvador, conhecido e amado por todos.

Falar em educação salvatoriana é falar em quatro fundamentos que mantêm o seu carisma: o anúncio de Jesus Salvador, a formação de lideranças cristãs, o testemunho e a universalidade. Esses são os princípios que, ao longo desses 60 anos do colégio, as irmãs salvatorianas e os educadores, fielmente, se propuseram a colocar em prática para contribuir na construção de uma sociedade mais humana, solidária, justa e sustentável.

Fazendo um retrospecto dessa história de 60 anos por fatos ocorridos, ou por pessoas que deram a contribuição para essa bonita missão, sem ser injusto, ou deixar de citar algo ou alguém, certamente seria uma tarefa que demandaria bem mais tempo do que eu tenho pra falar. Então eu optei por falar da marca da educação salvatoriana, em nossa comunidade e em nossa sociedade, que são os valores salvatorianos, aquilo que realmente fica: o amor, a justiça, o conhecimento, a vida, a solidariedade, a sustentabilidade e a identidade salvatoriana.

Afinal educar é um processo bem mais complexo do que repassar conteúdos

acadêmicos, é o compromisso assumido com a formação integral de todos os estudantes e educadores que passaram por essa instituição ao longo dessas seis décadas. Em especial, aos que estão presentes hoje, neste colégio, representados pelas famílias e também pelos representantes de turma. *[Degravação: Ademir Gasstmann Junior]*

Chegar aos 60 anos com uma estrutura consolidada e como educação de excelência e referência, na comunidade em que estamos inseridos, é para nós motivo de alegria e gratidão. Nós sabemos de onde vem toda a fortaleza de participarmos ativamente dessa missão, por isso, vamos agradecer a Deus oferecendo-lhe todas as graças vividas.

A nossa ação de graças pela presença e fidelidade a Deus e a Nossa Senhora, em nossa história, na certeza de que ela, mãe de Fátima, padroeira e titular de nossa escola, esteve e estará sempre presente com seu manto protetor sobre todos dessa comunidade educativa. Nossa gratidão a todos que ajudaram a construir essa bonita história!

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Após a manifestação do digníssimo diretor do Colégio Saluatoriano Nossa Senhora de Fátima, eu não poderia, como presidente desta sessão, deixar de pedir para que o nosso arcebispo metropolitano, da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck, pudesse expressar, neste momento, uma palavra de esperança e confiança por esta passagem dos 60 anos de caminhada e de vida do nosso Colégio Nossa Senhora de Fátima das irmãs saluatorianas.

O SR. DOM WILSON TADEU JÖNCK - Meu prezado padre Pedro, presidente da mesa, saúdo com amizade e cordialidade. Quero saudar também os demais membros da mesa e todos os envolvidos no Colégio Nossa Senhora de Fátima, desde a direção, as irmãs saluatorianas, os alunos, os familiares e também os que, de alguma forma, desempenham alguma função no Colégio Nossa Senhora de Fátima.

É muito bonito assistir a esta homenagem, pois é um trabalho em que nós acreditamos e achamos que é importante. Ele é importante também para a arquidiocese, pois lá há um trabalho que a família saluatoriana realiza e portanto somos agradecidos e reconhecidos.

Quando olhamos a história da educação em Santa Catarina, vamos ver uma presença muito significativa dos religiosos, das religiosas, nas várias cidades deste estado, que formaram milhares de jovens, crianças, cidadãos e empresários.

Alegramos-nos como Igreja Católica de poder realizar essa missão e mais do que isso, consideramos nossa obrigação de formar os nossos jovens, dando-lhes os melhores valores como o instrumento para que possam construir sua vida.

É dentro dessa moldura que vejo todo o trabalho educativo do Colégio Nossa Senhora de Fátima nestes 60 anos. Aqui, nesta noite, conseguimos ver pessoas de várias gerações que buscam aquilo que é o mais importante para o desenvolvimento intelectual.

Já foi colocado hoje que a educação não é só formar a inteligência ou adquirir saber. Junto com o saber, quando o colocamos em execução, se torna sabedoria, tanto que a

educação envolve todas as dimensões do ser humano como a inteligência, a vontade, a liberdade, o relacionamento e também a dimensão espiritual e a dimensão religiosa.

Algumas dessas dimensões são mais centrais e outras mais periféricas, sendo todas importantes. Entre essas mais centrais nós podemos colocar a dimensão religiosa, ela que proporciona nosso relacionamento com Deus, o nosso Criador.

A dimensão religiosa que nos coloca em contato com os valores do Evangelho. É através dela que nós, aos poucos, vamos aplicando, na nossa vida, aqueles mesmos valores e as mesmas atitudes do ser humano modelo que é Jesus de Nazaré. Esse ser humano que nós queremos nos tornar, e é ele também que é proposto às crianças e aos jovens. É através desse ser humano, com as atitudes de Jesus, que nós acreditamos que haveremos de construir famílias sólidas, uma sociedade caminhando junto, pois prevalece o valor central que é o amor. O amor enquanto um viver para o outro, um ajudar o outro!

Gostaria ainda de mencionar aqui uma dimensão da educação que é a memória. Uma das coisas mais importantes da nossa vida é cultivar bons momentos, que nós gostamos de recordar, eles que nos mantêm de pé mesmo quando a vida fica um pouco difícil. As nossas memórias, em grande parte, estão na nossa família, e é por isso que a família deve ser um lugar de memória boa, mas também o colégio é um lugar de fazer com que existam acontecimentos que sejam lembrados.

Lembro-me olhando essas crianças que cantaram, e cantaram tão bem, que elas não irão esquecer tão fácil o fato de estarem aqui, nesta Casa, visitando e olhando tudo. É uma lembrança que irão carregar para o resto de sua vida.

É dessa forma, na experiência que vivenciaremos de amor, de ajuda ao outro, de aprendizagem, companheirismo, de aprenderem a se relacionar, aprenderem a rezar e a se relacionar com Deus é que vamos construir pessoas à imagem do homem Jesus, da pessoa humana que foi Jesus.

Coloco isso, pois penso que seja muito importante, aqui vejo vida e disposição no colégio. Vejo professores contentes, educadores e alunos contentes, vejo criatividade, gosto de trabalhar e acompanhar, não estou lá todos os dias. Não há coisa mais importante do que isso.

Fica, como arcebispo, meu agradecimento. Agradecimento de toda a diocese por todo trabalho, nestes 60 anos, e por aquele que é realizado agora. Investir na formação do ser humano vale a pena!

Meus parabéns também ao padre Pedro o qual propôs esta sessão. Que mais 60, mais 600 anos possam vir depois desta comemoração!

Parabéns, boa noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Padre Pedro Baldissera) - Assim com a manifestação do nosso Arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck, vamos para o encerramento desta sessão, mas antes, gostaria também de manifestar a minha gratidão à família saluatoriana.

A minha caminhada e a minha história de formação devo à Congregação do Divino Saluatoriano, aos padres e às irmãs, pois foi onde eu me preparei para a vida, e que continuo, nos dias atuais, mesmo ligado à

diocese de Chapecó, exercendo o meu ministério, mesmo na minha atuação como prefeito na cidade que fui.

Agora como deputado estadual, todo o final de semana, eu tenho a minhas celebrações, em diferentes regiões, onde estamos inseridos no trabalho, na capacitação, na formação das nossas lideranças, levando sempre um pouco desse carisma que nós adquirimos, aprendemos e damos esse testemunho da vivência e dos valores.

Ao mesmo tempo também, contribuir na construção de uma sociedade mais fraterna, mais justa, igualitária, e que possamos criar, nos dias atuais, uma cultura que se contraponha a essa imposta e colocada de ódio e violência, mas sim uma cultura de paz. Nós precisamos construir isso. E isso passa pela vivência, prática e testemunho de cada um e cada uma de nós.

Que Deus nos ilumine e nos fortifique! Que possa nos revestir de esperança e força para que possamos continuar a construir esses valores no seio de nossa sociedade.

Nesse sentido, eu gostaria de agradecer a Mesa e, mais uma vez, parabenizar os 60 anos de caminhada, de vida e de exercício, por parte do Colégio Nossa Senhora de Fátima, por ter contribuído e certamente continuar com esse bellissimo trabalho que envolve todas as pessoas e todos os seres humanos. *[Degravação: Nicole Loraine Engel]*

Mas antes de encerrar a sessão, deixo o convite, em nome do presidente desta Casa, deputado Aldo Schneider, através da comissão de Segurança Pública, que tem como presidente o deputado Romildo Titon, e por solicitação da Regional Sul Quatro, da CNBB, na pessoa do nosso bispo Dom João Francisco, convidar cada um de vocês para participar de uma audiência pública, na próxima segunda-feira, com debates e discussões em continuidade à temática da Campanha da Fraternidade deste ano, a questão da superação da violência.

Acho que é um momento importante, um momento ímpar da caminhada, e nós, como lideranças da igreja, que queremos uma sociedade nova e diferente, como diz o Papa Francisco, temos que nos envolver nessas coisas. Ou nos envolvemos, ou o rolo passará sobre nós, esmagando a todos. E por ali os valores também vão sendo sepultados, vão sendo enterrados. Então, este é o meu apelo, o meu convite, para que, a partir das 14h, na próxima segunda-feira, dia 21, nós tenhamos, aqui nesta Casa, esta audiência pública.

Agradecemos a presença de cada uma, cada um de vocês, agradecemos a esta Casa, em nome do nosso presidente Aldo Schneider, a Mesa Diretora, aos servidores que também nos acompanharam até o presente momento, aos técnicos da TVAL e da Rádio Digital, enfim, a nossa gratidão a cada um.

Também agradecemos a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, nesta sessão, e que tenhamos uma boa noite!

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pela solista Suzete Paulino Teixeira de Oliveira acompanhada pelos músicos Charles Kremer e Vinicius Teixeira de Oliveira.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Taquígrafa Sara]* *[Revisão: Taquígrafa Eliana]*.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 203, de 23 de maio de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Mista de que trata o art. 5º da Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, que "Cria o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense", com a finalidade de regulamentar e organizar a 8ª Edição do evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das organizações a serem premiadas, composta por representantes das seguintes instituições:

I - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC (presidência);

Titular: João Felipe de Novais

Suplente: Elisângela Weigel Schappo

II - FECONTECSC;

Titular: Itelvino Schnaider

Suplente: Gabriele Gil Gomes

III - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC/SC;

Titular: Raquel de Cássia S. Souto

Suplente: Tadeu Pedro Vieira

IV - FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS - FECAM

Titular: Apoena Santos

Suplente: Dayana Maressa S.P. Pamato

V - FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FECOMÉRCIO;

Titular: Ana Carolina Rocha

Suplente: Carlos Alberto Geremias Junior

VI - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC;

Titular: Andressa Mongruel Martins Vicenzi

Suplente: Sílvia do Valle Pereira

vii - Instituto Comunitário Grande Florianópolis - ICOM;

Titular: Mariane Maier Nunes

Suplente: Renata Machado Pereira da Silva

VIII - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL EM SANTA CATARINA - OAB/SC;

Titular: Arlete Carminatti Zago

Suplente: Robson Rafael Pasquali

IX - FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS, E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DOS EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FEMPE/SDS); - vice-presidente

Titular: Luciano Sérgio Michelan

Suplente: Guilherme dos Santos Murara

X - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE EMPRESAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA - ARESC

Titular: Ana Paula Rodrigues Lopes Simm

Suplente: Luciane Pellizero dos Santos Herkenhoff

XI - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BADESC

Titular: Giuliano Barbato Wolf

Suplente: Marcelo Scheidt Martins

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de abril de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 204, de 23 de maio de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 12 da Lei Complementar nº 698, de 11 de julho de 2017, que altera a redação do art. 18 da Resolução nº 002, de 2006, c/c com o Ato da Mesa nº 006, de 19 de janeiro de 2018.

DESIGNAR GEANCARLO STEIN, matrícula nº 4184,

servidor do Poder Executivo Estadual à disposição desta Assembleia Legislativa por meio do Ato do Poder Executivo nº 657/2016 e Termo de Convênio nº 1546/2015, para exercer a função gratificada de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada, com lotação na Coordenadoria de Informações e atribuições de revisar e atualizar as bases de dados do Sistema Integrado nas quais se armazenam dados da Alesc e prestar assessoria técnica-administrativa ao Coordenador; a contar de 21 de maio de 2018 (DTI - Coordenadoria de Informações).

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 205, de 23 de maio de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1262/2018,

RESOLVE: com fundamento no § 5º do art. 2º da Emenda Constitucional n. 41/2003.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **SAULO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1138, ocupante do cargo de Analista Legislativo I, código PL/ALE-30, a contar de 8 de maio de 2018.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A T A D E C O M I S S ã O P E R M A N E N T E

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Jean Kuhlmann, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, Dirceu Dresch, João Amin, Mauro de Nadal, Ricardo Guidi, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. O presidente fez a leitura do ofício nº 0058/2018 expedido pelo gabinete do Senhor Deputado Marcos Vieira que justifica a ausência do parlamentar. Havendo quorum regimental, o presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 11ª Reunião Ordinária e retificação da Ata da 02ª Reunião Ordinária, que postas em discussão e votação,

foram aprovadas por unanimidade. O presidente registrou a presença da Deputada Ana Paula Lima. Na sequência, o presidente abriu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para início da discussão de matérias. O Senhor Deputado João Amin deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0043.1/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a isenção do pagamento de direitos autorais nas execuções de obras musicais realizadas sem fins lucrativos no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados do Dirceu Dresch, Mauro de Nadal e Rodrigo Minotto; PL./0074.8/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que cria o Programa Pratas da Casa, de estímulo à divulgação de experiências exitosas de egressos do ensino médio e técnico-profissionalizante no Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Jean Kuhlmann deliberou acerca das seguintes matérias:

PL./0092.0/2018, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), até o montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para atender ao financiamento parcial do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina (PROFISCO II SC), e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Rodrigo Minotto; PLC./0011.0/2018, de autoria do Ministério Público, que altera e cria dispositivos da Lei Complementar nº 223, de 2002, cria e transforma cargos no Quadro de Cargos do Ministério Público de Santa Catarina. Exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi concedido vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Mauro de Nadal; PLC./0014.2/2018, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi concedido vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Mauro de Nadal; PL./0077.0/2018, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que revoga o Título de Cidadão Catarinense concedido ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Rodrigo Minotto. O Senhor Deputado Rodrigo Minotto deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0072.6/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera a Lei nº 16.861, que "Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República". Exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Valdir Cobalchini; PL./0046.4/2018, de autoria do Deputado Dirceu Dresch, que garante ao cidadão a transparência dos dados relativos à segurança pública no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Exarou parecer favorável com Emendas Modificativas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0048.6/2017, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública estadual direta, indireta, autárquica, fundacional e nas escolas públicas de Santa Catarina. Exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0057.7/2018, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que estabelece impedimento de acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei federal nº 11.340, de 2006. Exarou parecer pela tramitação conjunta ao PL./0526.4/2015, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0027.1/2018, de autoria do Deputado Neudi Saretta, que institui a semana Catarinense de Conscientização sobre os Direitos dos Animais. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0324.7/2017, de autoria do Deputado Mario Marcondes, que institui o Dia Estadual dos Hospitais Filantrópicos, no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0103.7/2018, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que altera a Lei nº 17.066, de 2017, que "Dispõe sobre a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina", para autorizar a contratação, de forma complementar, de serviços ofertados pela iniciativa privada. Fazendo uso das atribuições de presidente, colocou em apreciação a matéria. O Deputado Marcos Vieira exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Dirceu Dresch deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0066.8/2018, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que proíbe a produção de mudas e o plantio da "Spathodea Campanulata", também conhecida como Espatódrea, Bisnagueira, Tulipeira-do-Gabão, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta e incentiva a substituição das existentes. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0023.8/2018, de autoria do Deputado Roberto Salum, que dispõe acerca da obrigatoriedade do Poder Público de cancelar o registro, na Junta Comercial, das empresas que revendam veículos ou adote peças de origem criminosa no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0016.9/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que denomina Balduino Schaeffer a Rodovia Estadual SC-161, trecho compreendido entre o Km 36,603 até o Km 43,940. Exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0015.8/2018, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que denomina Alécio Francisco Bugs a Rodovia Estadual SC-161, trecho

compreendido entre o Km 43,942 até o Km 56,987. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0086.1/2018, de autoria do Deputado Patrício Destro, que declara de utilidade pública a Associação Restaurando Vidas (RESVIDAS), do Município de Piçarras. Requereu diligência à referida entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Valdir Cobalchini deliberou acerca das seguintes matérias: PLC./0006.2/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera a Lei Complementar nº 170, que "dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação". Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; PL./0062.4/2018, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que institui a campanha de valorização da vida denominada Setembro Amarelo, o Dia Estadual de Prevenção ao Suicídio e a Caminhada Anual pela Vida, no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0071.5/2018, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que institui o Serviço de Transporte Especial Gratuito para os pacientes com câncer ou doenças graves em tratamento na rede estadual de saúde de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Mauro de Nadal deliberou acerca da seguinte matéria: PL./0320.3/2017, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que dispõe sobre a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio do Estado de Santa Catarina para fins de aquicultura e adota outras providências. Exarou parecer pelo apensamento ao PL./0099.6/2018, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Darci de Matos deliberou acerca da seguinte matéria: PL./0253.9/2017, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 16.971, de 2016, que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável com emenda supressiva que que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0379.0/2017, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que introduz a classificação indicativa em exposições, amostras, exposições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Ricardo Guidi deliberou acerca das seguintes matérias: PL./0379.0/2017, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que introduz a classificação indicativa em exposições, amostras, exposições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0068.0/2018, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que altera a Lei nº 10.567, de 1997, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências", para estender tal isenção a processos seletivos de ingresso em cursos das instituições de ensino superior. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0075.9/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia. Exarou parecer favorável nos termos da Emenda Substitutiva Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0231.3/2017, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que institui o selo Empresa Amiga da Saúde Mental no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Senhor Deputado Rodrigo Minotto deliberou extrapauta acerca da seguinte matéria: PL./0081.7/2018, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que acrescenta Parágrafo Único ao art. 3º da Lei nº 16.721, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Senhor Deputado Mauro de Nadal deliberou extrapauta acerca das seguintes matérias: PL./0112.8/2018, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que denomina SD BM Maurício da Silva Valls o quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, situado no Município de Gaspar. Exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0061.3/2018, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que assegura aos professores e demais servidores das escolas públicas estaduais o direito à alimentação pelo programa de merenda escolar. Exarou parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 15 de maio de 2018.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 0110.2/2018**

Ofício nº 07/2018 Coronel Martins, 14 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Coronel Martins, referente ao exercício de 2017.

Arlindo Picetti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0111.3/2018

Ofício nº 009/2018 Joinville, 12 de abril de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Educacional Conde Modesto Leal, de Joinville, referente ao exercício de 2017.

Vilmar Cristino Borba
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0112.4/2018

Ofício 012/2018 - ASBEDIM Florianópolis, 14 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente São Dimas (ASBEDIM), de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Márcia Mª de Oliveira da Veiga
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0113.5/2018

Ofício Nº 021/2018 Bom Retiro, 18.05.2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Bom Retiro, referente ao exercício de 2017.

Maria Irene Wiggers Hemckmeier
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0114.6/2018

Ofício Nº 22/18 Morro da Fumaça, 10 de maio de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2017.

Zoraide Maria Salviato de Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0115.7/2018

Of. 87/2017 Xaxim, 07 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xaxim (APAE), referente ao exercício de 2017.

Valdemar Capenedo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0116.8/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí (AFISVALE), em Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Luís Carlos Cenzi Rebellato
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0117.9/2018

Rio Negrinho/SC

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Negrinho, referente ao exercício de 2017.

Aldo Genesio Liebl
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0118.0/2018

Ofício nº 28/2018 Palmitos, 15 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Palmitos, referente ao exercício de 2017.

Giovana Giacomolli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0119.0/2018

Ibirama(SC), 14 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, referente ao exercício de 2017.

Vilmar Vendrami
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0120.4/2018

Ofício nº 61/2018 Imaruí-SC, 15.05.2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imaruí, referente ao exercício de 2017.

Alcides Lima
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0121.5/2018

Of. nº 11/2018 Gaspar, 16/05/2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Gaspar, referente ao exercício de 2017.

Rogério Alves de Andrade
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0122.6/2018

PRESI.011/2018 Blumenau, 18 de maio de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Blumenau (ASAPREV-BLU), de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Hildo Mario de Novaes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

OFÍCIO Nº 0123.7/2018

Ofício nº 045/2018 Treze de Maio (SC), 21 de maio de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Médico Social Rural São Sebastião, de Treze de Maio, referente ao exercício de 2017.

Nivaldo Antonio Ceron
Diretor Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 22/05/18

PORTARIAS

PORTARIA Nº 884, de 23 de maio de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor ARMANDO CORREA DE MELO JUNIOR, matrícula nº 2740, nomeado pela Portaria nº 1395, de 14/5/2007, fazendo constar como sendo **ARMANDO CORREIA DE MELLO JUNIOR**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

———— * * * ————

PORTARIA Nº 885, de 23 de maio de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **ANA FLAVIA MARTINS DA SILVA**, matrícula nº 7518, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assistência técnica-consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, FABIOLA PROBST, matrícula nº 7210, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 15 (quinze) dias, a contar de 4 de junho de 2018 (MD - Consultoria Legislativa).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

———— * * * ————

PORTARIA Nº 886, de 23 de maio de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2018.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1877	ANTONIO HENRIQUE C. BUCÃO VIANNA	Pregoeiro substituto
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	Equipe de apoio
1015	SERGIO MACHADO FAUST	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
1039	VICTOR INÁCIO KIST	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

———— * * * ————

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº PL./0139.8/2018

Dispõe sobre o processo de doação de animais pertencentes aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o processo de doação de animais considerados inservíveis à atividade fim, no âmbito dos órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, nos termos desta Lei.

§ 1º Consideram-se inservíveis para emprego em ações de segurança pública os animais que, a qualquer tempo, apresentem:

- I - incompatibilidade comportamental;
- II - enfermidade irreversível; e
- III - senilidade.

§ 2º O processo de doação dos animais inservíveis estará subordinado à existência de interesse social devidamente justificado, nos termos do art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º Considera-se de interesse social a simples desoneração do Estado relativa à manutenção de um animal inservível para a atividade fim.

Art. 2º Os animais serão avaliados pela Comissão Interna dos respectivos órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública a que pertencem e serão objeto de doação, mediante prévia autorização do dirigente máximo do Órgão, após proceder à baixa e desincorporação do animal.

Parágrafo único. Será emitido Termo de Doação em favor do donatário do animal.

Art. 3º A doação dos animais considerados inservíveis às atividades de segurança pública poderá ser feita a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, destinadas à defesa e proteção dos animais, meio ambiente, educação ou que desenvolvam atividades terapêuticas compatíveis, assim como a pessoas físicas, observados o interesse social e outros requisitos determinados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. No caso de doação para pessoa física, será dada preferência ao militar estadual ou servidor público que manteve suas atividades laborais junto ao animal apto à adoção, que igualmente se responsabilizará pela preservação do bem-estar do animal e obedecerá aos requisitos mencionados nesta Lei e em regulamento próprio.

Art. 4º A pessoa jurídica ou física que receber a doação deve se comprometer a preservar a integridade física e o bem-estar do animal, que não poderá participar de qualquer atividade econômica, ser comercializado ou repassado a terceiros, utilizado para tração ou ser abatido.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Segurança Pública poderá anular a doação e retomar o animal em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, ou se constatada a existência de crime relacionado a maus-tratos de animais.

§ 1º Os animais retomados nos termos do *caput* deste artigo serão novamente doados a outros adotantes.

§ 2º O Poder Público fica autorizado a firmar convênio ou instrumento congêneres com as entidades de que trata o *caput* do art. 3º desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto tem o objetivo de regular e conferir segurança jurídica ao processo de doação dos animais da segurança pública, para que, ao fim de sua vida laboral, possam ser adotados pelo servidor que esteve ao seu lado durante anos de trabalho ou por entidades de proteção animal ou pessoa física.

A iniciativa desse Projeto de Lei foi inspirada na Lei 15.106, de 2018, do Estado do Rio Grande do Sul, que ficou conhecida como Lei Nanquim. O nome Nanquim é uma homenagem ao cavalo que acompanhou a ex-policia militar Kelly Thimoteo, por cinco anos, na Brigada Militar, em Passo Fundo. Em julho do ano passado, quando soube que o ex-parceiro iria a leilão, a oficial começou um movimento nas redes sociais para conseguir adotá-lo. O apelo chegou às autoridades e resultou na mudança da legislação.

Em Santa Catarina, para exemplificar, a Polícia Militar do Estado utiliza equinos no processo de policiamento montado desde o dia 5 de maio de 1835, quando, no ato de sua criação, foi estipulado um piquete de cavalaria com um cabo e oito soldados montados.

Atualmente, a PMSC possui unidades de cavalaria em 5 (cinco) cidades do Estado: Criciúma, Lages, Chapecó, Joinville e São José, sendo que nesta última se encontra o Regimento de Polícia Militar Montada, responsável tecnicamente por todas as demais unidades de cavalaria do Estado. Apesar de estar instalado em cinco cidades, o policiamento montado rotineiramente atua em todo o Estado de Santa Catarina, tratando-se de uma unidade especializada e estratégica do Comando-Geral da Corporação, por diversas vezes remanejado para atuar fora de sua sede.

A Guarnição Especial de Polícia Militar Montada (GuEspPMMon) dispõe de, aproximadamente, 160 equinos. Uma das maiores inquietações, segundo o Tenente Coronel PM Marcos José Besen, Comandante do Regimento de Polícia Militar Montada, refere-se ao processo de destinação dos animais que se mostram incompatíveis para a atividade de policiamento, seja por questões comportamentais, fisiológicas ou senilidade.

Já a atividade com cães teve início na Polícia Militar em 1980. Tais animais chegam aos quartéis com aproximadamente três a quatro meses de idade, normalmente por doação da comunidade ou de algum membro do quartel. A partir de então, passam por uma adaptação de um ano, a fim de que se descubram suas aptidões. Nesse período, começam os treinamentos realizados pelos membros do canil, uma equipe de cinco policiais militares que se revezam na atuação e adestramento dos cães.

Os cães trabalham uma média de oito a dez anos e, quando se aposentam, podem ficar com quem era seu responsável no canil; entretanto, se isso não for possível, o animal fica disponível para adoção.

Atualmente a Companhia de Polícia Militar de Policiamento com Cães (Canil Central), localizada no Município de São José, que coordena tecnicamente 18 Canis Setoriais distribuídos pelo Estado, conta com 114 animais atuando diariamente em apoio a outras unidades.

Há, ainda, os cães da raça Labrador, utilizados para busca e salvamento pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). O uso de cães nas atividades de busca começou em 2003 e, hoje, o CBMSC tem um programa de certificação interna, além de um rigoroso processo de certificação internacional da Organização Internacional de Cães de Resgate (IRO), com sede na Áustria.

Em nossa atual legislação, não há previsão específica quanto à destinação dos animais inservíveis ao Poder Público, sendo tratados como qualquer outro bem inanimado. O destino dos animais inservíveis para a atividade fim, em virtude de suas burocracias, é moroso, o que acaba gerando um gasto desnecessário ao Estado, que precisa manter os animais por meses até que o processo seja concluído.

Cães e cavalos, muitas vezes, fazem a diferença no trabalho dos órgãos de Segurança Pública. A presente proposta tem o objetivo de proteger os animais para que, quando se aposentem, possam ser adotados pelos servidores com quem sempre trabalharam ou por entidades sem fins lucrativos ou pessoa física que tenham interesse em zelar por eles.

Em face do exposto e visando aperfeiçoar o manejo e a destinação dos animais utilizados na segurança pública, com a adoção de mecanismos de proteção que estejam em consonância com os preceitos atuais de bem-estar animal e de guarda responsável, apresento este Projeto de Lei, contando, desde já, com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/18

————— * * * —————

PROJETO DE LEI Nº PL./0140.1/2018

Obriga que nos editais de licitações e nos contratos de obras públicas se registre a obrigatoriedade de cumprimento da Lei Estadual nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017.

Art. 1º. Nos editais de licitações e nos contratos de obras públicas no âmbito da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, será expressamente registrada a obrigatoriedade de cumprimento da Lei Estadual nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que proíbe no Estado de Santa Catarina o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

Art. 2º. As disposições desta lei aplicam-se também ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Poder Legislativo, aos Tribunais de Contas e às Universidades Públicas Estaduais.

Art. 3º. Os municípios catarinenses elaborarão legislação específica para cumprimento, no âmbito municipal, do disposto nesta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Neodi Saretta

JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, aprovada na Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, proibiu, no Estado de Santa Catarina, o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

Sabe-se que o poder de compra do Estado é um meio importante para se promover ações de consumo sustentável e ambientalmente saudável para as coletividades.

Vale lembrar que em nosso Estado não existe, ainda, normas que disciplinem ou instituem o programa de contratações públicas sustentáveis no âmbito do Poder Executivo.

Assim, com este projeto de lei visamos estabelecer a necessidade de expressa observância da proibição de uso do amianto ou asbesto nas contratações de obras públicas estaduais.

Portanto, contamos com o apoio dos nobres deputados e deputadas para aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/18

PROJETO DE LEI Nº PL./0141.2/2018

Institui indenização por danos materiais, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, em decorrência de ato ou fato ocorrido em efetivo exercício de suas atribuições ou em razão destas, ou decorrente de represálias.

Art. 1º Fica instituída indenização por danos materiais, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública, em decorrência de ato ou fato ocorrido em efetivo exercício de suas atribuições ou em razão destas, ou decorrente de represálias, que por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, gere dano material e prejuízo financeiro.

§ 1º Para os fins desta Lei, o Sistema de Segurança Pública é composto pelos seguintes quadros de pessoal do Grupo Segurança Pública:

- I - Corpo de Bombeiros Militar;
- II - Polícia Civil;
- III - Polícia Militar;
- IV - Sistema Prisional;
- V - Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator; e
- VI - Perícia Oficial.

§ 2º Entende-se por “represália” os atos cometidos de maneira individual ou coletiva contra servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública:

- I - por indivíduos integrantes de organizações criminosas; e
- II - por indivíduos não integrantes de organizações criminosas, que tenham sido alvo de investigação e/ou atuação policial, socioeducativa ou fiscalizatória.

Art. 2º Considera-se como em exercício da função, para fins desta Lei, o deslocamento do servidor da sua residência ao local de trabalho e o retorno deste à residência.

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se bem material:

- I - o imóvel residencial comumente usado para residência e os bens móveis que o garante; e
- II - o veículo automotor utilizado para locomoção própria.

Parágrafo único. A indenização será devida ainda que o imóvel residencial ou veículo automotor esteja registrado em nome de cônjuge ou ascendente.

Art. 4º A indenização por danos materiais corresponderá ao valor comprovado do prejuízo e não poderá exceder o valor venal do bem.

Parágrafo único. No caso de imóvel residencial, ocorrendo a destruição total da edificação ou não sendo viável a sua recuperação, o valor da indenização abrangerá somente os prejuízos causados à edificação e móveis que a garante, não abrangendo o valor do terreno onde estiver assentada.

Art. 5º Será incluído no valor da indenização o custo de eventual perícia técnica e/ou avaliação necessárias à comprovação da extensão do dano e do valor do prejuízo, desde que devidamente comprovado.

Art. 6º Se o fato gerador da indenização resultar concomitantemente na morte do beneficiário, o Estado de Santa Catarina pagará a indenização aos herdeiros estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 1.603 do Código Civil, conforme ordem sucessória estabelecida no art. 1.829 e seguintes do mesmo Código.

Art. 7º O beneficiário da indenização, ou seu representante legal, deverá provar em processo administrativo o ato ou fato ocorrido em efetivo exercício de suas atribuições ou em razão destas, ou decorrente de represálias, o dano e os prejuízos dele diretamente decorrente, bem como todas as circunstâncias com ele relacionadas.

Art. 8º A indenização será paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da conclusão do processo administrativo.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias dos orçamentos dos Fundos do órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, podendo ser complementadas pelas dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10. As disposições desta Lei não possuem efeito retroativo.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Carlos Alberto Chiodini

JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação deste Parlamento o presente Projeto de Lei, que “Institui indenização por danos materiais, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, em decorrência de ato ou fato ocorrido em efetivo exercício de suas atribuições ou em razão destas, ou decorrente de represálias”.

Cabe ressaltar que o Poder Legislativo Estadual tem competência constitucional para legislar, de forma concorrente, sobre segurança pública, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, transcrito *in verbis*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

Portanto, sob o enfoque da constitucionalidade, o presente Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice para tramitar nesta Casa de Leis.

Pretende esta proposição dispor sobre o direito à indenização a que fazem jus o policial civil e militar, o bombeiro militar, o agente e o inspetor penitenciário e o agente socioeducativo em razão da perda total ou parcial de um bem material, em razão de ato ou fato acontecido em serviço ou em decorrência dele.

Vale lembrar que os servidores públicos integrantes dos órgãos de segurança pública, em razão do combate ao crime organizado, têm sido alvo dos bandidos no Estado de Santa Catarina.

Por se tratar de tema de inegável relevância, apresento o presente Projeto de Lei, solicitando aos nobres Deputados, desde já, a sua aprovação.

Deputado Carlos Chiodini

(Em anexo, EXTRATO DE INTELIGÊNCIA da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, que corroboram esta Justificativa).

Lido no Expediente

Sessão de 23/05/18
